

PORTUGAL NA EUROPA DA IDADE MODERNA: RELIGIOSIDADE E BARROCO*

Eugénio dos Santos

Ao reflectirmos sobre a identidade da Europa Moderna e seus elementos de coesão, não podemos ignorar, nem menosprezar, o papel fulcral desempenhado pela religião cristã. Com efeito, desde que o cristianismo se difundiu e, gradualmente, aumentou o número dos seus fiéis no espaço do império romano, foi necessário proceder-se a uma nova síntese do antigo pensamento clássico. Esse facto acabaria por modificar, pouco a pouco, as estruturas políticas e sócio-culturais de todo o Ocidente medieval. E não admira que assim tenha acontecido.

A sociologia contemporânea lembra que a religião foi e é um aspecto fundamental das nossas sociedades contemporâneas. É invejável (e temível) a força mobilizadora das igrejas nos países de pluralismo político. Mas não é menos fundamental a sua influência naquelas em que há estados autocráticos: sindicatos, universidades, escolas, exércitos, etnias, ouvem-nas e seguem-nas. É que a fé não se acantona, nem se esgota, na consciência individual de homens ou grupos. Ela emerge como fenómeno social do mais vasto alcance. A crença em determinados princípios e a aceitação das suas normas práticas condiciona o comportamento dos indivíduos, sobretudo no plano prático: influencia as suas atitudes para com o poder, pesa na génese e formulação das suas opiniões, marca o sentido do seu voto, dita atitudes sobre a vida e a morte. Além disso, ela manifesta-se publicamente através dos meios de comunicação de massas: revistas, jornais, rádios, televisão. O facto religioso assume, pois, uma inegável dimensão social visto que todo o fiel é um potencial prosélito dos seus ideais, que pretende assumir publicamente. Por isso a fé se ensina metodicamente, se codifica em cerimónias colectivas. Todo o culto ambiciona ser público e esclarecidamente compreendido. As chamadas minorias religiosas podem fazer surgir no interior de cada sociedade comunidades muito coesas e fechadas e, por isso, os

poderes públicos, quaisquer que sejam, não se podem ignorar. Os fiéis de uma qualquer religião são, cumulativamente, cidadãos de determinado país e súbditos de um Estado. Por tais razões, entre igrejas e estados sempre teve (e terá) que haver relações mútuas: boas ou más, cordiais ou cerimoniosas, frequentes ou espaçadas.

Por detrás do estatuto jurídico-político de cada igreja vislumbram-se também, movimentos de ideias, de cultura, opiniões, classes sociais, sensibilidades, mentalidades. Nenhuma sociedade e em nenhuma época pode, pois, ignorar as implicações múltiplas do factor religioso, como o passado bem nos mostra. Com efeito, com a ruptura religiosa do século XVI mudou o panorama da cristandade tradicional, aparecendo uma **Europa Ortodoxa** (Rússia, Grécia, Países Balcânicos), uma **Europa Reformada**, a norte e noroeste, com pequenas excepções, como a Irlanda e, por fim, uma **Europa Católica**, fiel ao Papa de Roma, acantonada ao sul do continente, embora com prolongamentos sugestivos, como a Áustria, parte da Alemanha, a Polónia, a Bélgica. A estes domínios confessionais não foram alheias outras tantas colorações políticas. Só a filosofia das Luzes viria a contestar, de forma violenta aliás, este primado da religião. O choque com as igreja institucionalizadas tornou-se fatal e frontal. Mas as aspirações do espírito filosófico só mais tarde teriam verdadeiramente eco. Um estado completamente laico, como hoje o concebemos, era impensável, mesmo nos finais da Época Moderna. Os revolucionários do início da Época Contemporânea, ao contrário, entendiam que um país, fosse qual fosse, teria que conhecer uma religião comum. Em Portugal, mesmo quando o movimento liberal conseguiu impor-se ao mais alto nível do Estado, não trouxe consigo a liberdade religiosa. Pelo contrário, a 1. constituição política da monarquia portuguesa, avançada, aberta, posta em vigor em 1822, existia, como religião de Estado, a Católica, Apostólica, Romana. E tal situação só viria a mudar definitivamente já em pleno século XX.

A religião cristã tornara-se, pois, um factor determinante da identidade dos europeus e da sua mundividência, espalhada, com entusiasmo, pelos demais continentes, sobretudo a partir dos finais do século XV. Na Europa, nenhuma grande cidade, nenhuma pequena aldeia, deixavam de se apertar à volta da sua rica catedral ou da sua humilde igreja. O espaço rural dos países do Ocidente Continental, sobretudo do sul, é recortado por naves de igrejas, por capelas, santuários, calvários, nichos de devoção às almas. Outrora, como ainda hoje em algumas zonas, quando viajamos ao longo das modernas vias de comunicação, o que primeiramente nos salta aos olhos são as torres de velhas igrejas, as quais revelam e dominam aglomerações antigas. Se há igreja, estamos em presença de uma freguesia. Se a não

encontramos, o povoado reduz-se a simples lugar. A igreja, portanto, forneceu ao aglomerado a sua personalidade canónica, jurídica e, até, a sua individualidade política. Não admira, pois, que ela tenha marcado verdadeiramente o centro da vida organizada das populações, sobretudo ao longo da Época Moderna, em que a importância e o prestígio das cidades eram relativamente discretos, no tocante ao dia a dia da esmagadora maioria das populações dos vários países europeus. A igreja, misturando elementos sagrados e profanos, transformou-se na força modeladora de cada célula base do país. O religioso envolvia cada homem desde que nascia até que baixasse à sepultura. Os momentos solenes da vida de cada um passavam pela sanção da igreja: o baptismo, o casamento, as festas, as grandes decisões colectivas, enfim, a morte. A missa dominical era o elo de união da comunidade rural, onde se tomava conhecimento dos grandes acontecimentos ou decisões (nacionais e locais) e onde, em conjunto, os cabeças-de-casal discutiam as decisões a tomar, de interesse imediato. O som dos sinos ritmava a vida quotidiana, alertava para a aproximação do perigo, anunciava o júbilo ou as tristezas colectivas.

Para que se tivesse chegado a tal estágio de comportamento colectivos muito houve que trabalhar. É hoje aceite, após pesquisas sistemáticas em todos os países do Ocidente, que foi ao longo dos séculos XVII e XVIII que a Igreja passou a exercer uma acção maciça de aculturação, banindo, por todos os meios ao seu alcance, as antigas crenças e "superstições" populares. Assim, tanto os ministros do altar, como os agentes do rei, vigiavam todo e qualquer fiel exigindo uma submissão completa a Deus e ao monarca, uma vez que moral religiosa e integração política eram complementares. A Reforma Católica, ou Contra-Reforma, acabou por redundar numa religião imposta a partir de cima e contribuir para uma centralização maior e mais eficaz do poder político. A forte hierarquização da Igreja e o absolutismo régio casavam-se perfeitamente, na perspectiva final de ambos obterem dos fiéis uma clara homogeneidade moral e um comportamento social dócil. A Igreja pôs então em marcha um poderosíssimo aparelho de enquadramento de massas, que funcionou em sintonia com os valores que ela própria controlava. A catequese, as procissões, os sermões, as festas, a assistência, os avisos, as missões populares, eram outras tantas formas de actuar com eficácia, tanto a curto, como a médio prazo.

Na formação cultural e moral dos europeus da Época Moderna as universidades desempenharam, como não podia deixar de ser, uma função chave. Com efeito, por elas passavam os futuros quadros superiores, tanto da própria Igreja como do Estado, os administradores e, sobretudo, os ideólogos, os canonistas-juristas, os homens de ciência. Os colégios secun-

dários, implementados em Portugal sobretudo pelos jesuitas, as escolas conventuais e claustrais, onde a teologia, a filosofia e o direito dominavam, juntamente com as universidades, preparavam as alites do país. O nosso intercâmbio com a Europa culta, sobretudo a Itália, a França, a Espanha, designadamente a partir do século XVI, nunca esmoreceu e de lá nos vinham sugestões, críticas, propostas de mudança. Os bolseiros do rei ou de instituições privadas sempre apontaram caminhos alternativos ao rumo cultural dominante no nosso país. Mas nós temos a impressão que a esmagadora maioria da massa camponesa e rural estava afastada das grandes questões culturais do seu tempo. Para a cativar e sensibilizar os artistas do Barroco deram largas à sua imaginação criadora. Majestosas igrejas, santuários imponentes, riquíssima talha e azulejaria, paramentos finíssimos, não podiam senão deixar boquiaberto e esmagado, pela sua pequenez, o fiel simples, humilde, reverente. Assim ele se rendia ao Poder.

Curiosamente, em nosso entender, foi sobretudo a partir da 2. metade do século XVII e mormente nos seguintes, que tanto a Igreja, como até o Estado, redescobriram e valorizaram progressivamente o homem comum, especialmente o camponês rude e ignorante. Até então o alvo privilegiado das preocupações dos poderes constituídos eram as gentes das cidades. O campo, se não estava ao abandono, era considerado menos exigente, menos importante em termos de preocupação, uma vez que deveria acompanhar o modelo urbano.

Ora a Igreja, a partir da 2ª metade de Seiscentos, como que redescobriu o papel decisivo do homem rural. Nele morava a esperança de uma vida cristã exemplar. Aliás, o modelo mais uma vez nos viera do exterior, da França e Itália, sobretudo, onde lazaristas, oratorianos, eudistas, jesuitas e outros desenvolviam notável actividade. Ora a renovação moral e cultural da sociedade portuguesa, sobretudo da mais humilde e carenciada, não pode entender-se sem pôr em destaque a acção da Igreja: os visitantes inventariavam desvios, abusos, escândalos e a hierarquia procurava remediá-los. Mas para que tal acontecesse foi necessário, aqui como no resto da Europa, a melhor preparação e actuação eficaz de um clero mais culto e melhor preparado para responder às múltiplas exigências dos fiéis. Não surpreende, pois, verificarmos que as antigas ordens religiosas se reformulem profundamente, adaptando-se às novas exigências e, simultaneamente, se criem outras bem identificadas com as directrizes do concílio de Trento e a militância do período da Reforma Católica. Ao mesmo tempo, o clero secular começa a impor uma imagem cada vez mais nítida de competência, e zelo, de clara distinção entre sagrado e profano, de maior disponibilidade e abertura aos problemas do quotidiano dos fiéis. Como hoje é ponto averiguado pela

investigação recente na Europa culta, também em Portugal podemos afirmar que o esforço de uma cristianização completa e profunda da sociedade portuguesa, rural e urbana, teve o seu tempo forte no último quartel do século. XVII e durante praticamente toda a centúria seguinte. Além disso, podemos também constatar que os modelos e formas de actuação a que obedeceu o clero português de então se pautaram estreitamente pelo que era corrente nos demais países europeus. Assim foram traduzidos e adaptados sermonários, cerimóniários, manuais de piedade, livros de devoção de catequese, de defesa das ideias cristãs, de filosofia ortodoxa, de moral, etc. O cristianismo assumiu aqui, como no exterior, o aspecto de uma religião (e uma ideologia) de propaganda, de combate a tudo a que lhe era alheio ou hostil. O objectivo último era conquistar os "marginais", os rebeldes, os desleixados. e isso fez-se através de movimentos repetidos de massas, dirigidas por clérigos austeros, exigentes, sabedores, metódicos e, simultaneamente, "santos", como tantas vezes eram referenciados pelos seus contemporâneos. Estes homens, que conseguiram imprimir carácter à religiosidade da época barroca, foram os missionários, do interior, assim designados por oposição àqueles que constantemente partiam para o ultramar, a evangelizar os infiéis ou pagãos. Nunca como agora, em nosso entender, Portugal se identificou tanto com a Europa em termos de ideais de vida: eram idênticos os temas a glosar diante das grandes concentrações de massas, os argumentos para combater, as técnicas de persuasão, os métodos de actuação. Se o cristianismo forneceu um dos pilares da identificação europeia e da sua cultura de base - o que parece indubitável - Portugal acompanhou, de perto e com entusiasmo, as suas grandes linhas de força, durante a Época Moderna. Isso está claramente demonstrado através de um aspecto que acima sugeri e que agora me permito destacar um pouco: **as missões do interior**, dirigidas ao povo miúdo, ignorante, rural, abandonado e pobre das aldeias. Desse esforço de aproximação e aculturação chegaram até nós centenas de relatos, alguns bem sugestivos e apaixonantes, pela problemática vastíssima que tocam.

As missões são hoje associadas à tentativa de provocar uma rápida aculturação do homem do povo, rude e ignorante e a um anseio de homogeneidade comportamental, destinados a imporem a todos, sem excepção, os valores essenciais do homem europeu modelo e reveladores da sua superioridade rática, cultural e religiosa, quando postos em confronto com os povos dos outros continentes. O missionário onde quer que actuasse, era um inimigo da "superstição", das heresias, de algumas arreigadas tradições populares, ou, por outras palavras, daquilo a que, por vezes, se chama hoje, cultura popular. Grandes agitadores de massas, esses propagandistas da fé

e dos valores base da cultura europeia dispunham do púlpito, da catequese, da confissão, das procissões de penitência, da ajuda dos poderosos, para fazerem passar a sua mensagem, tornando-a credível e até desejada. Podemos afirmar que eles afinaram aqui na Europa um modelo de civilização cristã que se pretendeu, depois, impor nos demais continentes, recorrendo, por vezes, a métodos pouco adequados e recomendáveis.

Sabemos que o encargo de efectuar e orientar missões era cuidadosamente entregue aos homens mais cultos, mais capazes, mais dinâmicos e austeros. O pregador fazia-se eco da cultura do seu tempo nas ideias e argumentos que apresentava sobre Deus e o homem, a sociedade e seus dirigentes, sobre o direito de guerra e sobre a paz, sobre o uso e abuso da riqueza, sobre os exemplos a seguir e aqueles que urgia evitar. Ele estava colocado entre dois mundos, de que servia de ponte: o mundo culto e a massa dos homens que não sentem necessidade, nem têm hábitos de pensar. Assim, o missionário era visto pelo público, que dele ficava suspenso durante dias, semanas, ou mesmo meses, como um guia de códigos de honra, de ética, de moral, de leituras, de vícios e virtudes. E, curiosamente, pelo estudo que acerca dessa temática temos vindo a conduzir, podemos certificar, desde já, que, na maioria dos casos, os missionários mais em destaque durante a Época Moderna eram indivíduos cultos e peritos na arte de transmitir ensinamentos, seguros e precisos, mesmo em casos intrincados de moral e direito, sobre os quais tantas vezes tinham que opinar no imediato, a pedido dos interessados. Muitíssimos dentre eles haviam feito estudos superiores, nas universidades ou dentro dos seus conventos. Aliás, várias missões feitas aos estudantes da velha universidade de Coimbra tiveram o condão de mudar o rumo da vida de muitos e distintos escolares, sobretudo durante o último quartel do século XVII e primeira metade de Setecentos.

Os sermões eram orientados, retórica e estilisticamente, para criarem um forte ritmo dramático que passava do raciocínio demonstrativo a uma técnica persuasiva, recorrendo frequentemente a exemplos morais edificantes, tudo visando provocar uma forte comoção, ou, mesmo, terror no público, para levar à emenda ou reforma dos costumes e eventual alteração de ideias. É óbvio que se procurava no imediato mais influenciar os comportamentos e os modelos ou padrões de vida (ética ou moral) do que transformar ideologias ou proceder a complicadas demonstrações. Neste jogo de influências desejava-se que o mimetismo social acabasse por se impor, conduzindo a resultados satisfatórios imediatos. O exemplo fornecido pelas multidões exaltadas arrastaria os indiferentes ou indecisos. O pregador das missões falava e insistia mais nos argumentos dirigidos ao coração do que à razão. E isto por uma questão de puro pragmatismo: os auditórios eram, por

natureza, heterogêneos e, em geral, o nível cultural dos ouvintes era o mais baixo que imaginar se pode. As missões representaram em Portugal, como nos demais países, um instrumento fino de penetração nos mais diversos níveis sociais, através do qual a Igreja apertava ao máximo as malhas do seu controle sobre as populações. Em algumas delas havia resistências, naturalmente. Daí o recurso último a técnicas e a uma linguagem hauridas no foro militar. Uma aldeia em acto de missionação era um espaço demarcado e cercado para a conquista a favor de determinados ideais. A vitória (ou a derrota) exprimia-se, como na luta aberta, por números, mas aqui de confissões, de comunhões, de sermões, de actos de piedade, de cruzeiros ou capelas erguidas, etc... Uma missão proporcionava ainda uma ocasião privilegiada para um maior caldeamento social, para uma pacificação e acalmia de velhas rivalidades ou entranhadas lutas vicinais. Os relatos das missões portuguesas dos jesuítas, franciscanos, oratorianos e lazaristas estão repletos de informações sobre cessação de hostilidades no interior de famílias, aldeias ou até vilas, por actuação directa e prudente dos missionários. É evidente que estes denunciavam, constrangiam, violentavam os chamados pecadores públicos, mas também sabiam actuar pela positiva, quando a ocasião se lhes deparava. Assim, não raro, eles recomendam e ajudam a criação de escolas, gratuitas e públicas, para meninos e meninas, considerando que a ignorância em que vivem as populações é a responsável maior pelos vícios e desvios morais dos mais pobres. Guerrear a ignorância é ajudar cada um a fugir conscientemente do erro, que eles combatem com todas as forças. Mas sugerem, também, a criação de asilos, de orfanatos, de núcleos de assistência aos mais humildes. Eis algumas das razões pelas quais os missionários foram ao longo da Época Moderna tão acarinhados, protegidos, desejados pela hierarquia, tanto eclesiástica, como até civil. Com efeito, numerosíssimos bispos os solicitavam constantemente para trabalharem em suas dioceses, colhendo óptimos frutos dos seus trabalhos e também os agentes do rei os convidavam para actuarem em zonas precisas do país, onde as justiças de sua magestade, apesar dos poderosos meios de que dispunham, não conseguiam impor-se com êxito.

Poderíamos continuar a analisar, por dentro, o esforço das missões do interior, verdadeira alavanca de conquista, metódica e alongada, das massas populacionais para os ideais cristãos; o seu método, a sua duração, as épocas mais frequentes, os meios, os resultados. Mas, parece-nos, neste momento, talvez, mais importante referir que, se bem que nós portugueses tenhamos seguido as grandes linhas de orientação europeia, demos ao esforço das missões populares um cunho bastante nosso. Assim, enquanto a missão francesa nessa época era medularmente catequética, uma vez que visava,

prioritariamente, ensinar os rudimentos da fé e da mundividência aos fiéis, na Península Ibérica a mesma missão foi profundamente penitencial. O que entre os ibéricos pareceu mais premente e adequado foi provocar nos homens de então uma reforma imediata dos costumes, tornando-os mais próximos e sensíveis aos modelos evangélicos. Uma instrução básica de catequese constante, como a que em França ou Áustria estava em uso, exigia estruturas e meios de que os peninsulares ainda careciam. Assim se explica que em Portugal as missões, sobretudo franciscanas, destinadas a provocar a compunção e o arrependimento, se tenham revestido de extraordinário esplendor gestual e exuberância exterior. Com efeito, elas culminavam, quase sempre, pelas chamadas procissões de penitência que chegavam a durar seis horas, onde iam vestidas a rigor figuras alegóricas e em que sons, luminosidade, murmúrios, rezas, exclamações, etc., provocavam frequentemente o choro, o delírio, o êxtase. Os clérigos comandavam e ritmavam todos os movimentos, tirando o máximo partido do clima geral de arrependimento. Elas foram, talvez, ao nível popular a manifestação mais genuína da nossa religiosidade da época barroca. Foi como resultado imediato delas que tantos calvários e capelas foram erigidos, sobretudo no século XVIII, atestando ainda hoje no silêncio do seu granito, o entusiasmo e fervor de outrora. Ora na Itália, a sul, em que a Espanha detinha enorme peso político, adaptou-se um modelo idêntico, ao passo que o centro e norte fundiram os arquétipos francês e ibérico.

Minhas senhoras, meus senhores:

A religiosidade decorrente da cosmovisão oriunda no cristianismo marcou para sempre as mentes, os valores, os padrões de vida dos europeus e daqueles que eles directamente influenciaram nos outros continentes. A referência cristã é fundamental para podermos caracterizar a identidade europeia, sobretudo no passado. Se alguém hesitasse em aderir a esta tese, bastar-lhe-ia consultar os catálogos dos fundos das antigas bibliotecas. A produção bibliográfica de inspiração e de temática cristã é assombrosa. Isso por si só constitui um facto de cultura do mais largo alcance.

Importará, agora, segundo julgamos, fornecer a este gigantesco processo, permanentemente aberto, um pouco daquilo que pensamos terem sido as contribuições portuguesas para uma causa que, afinal, é comum a todos os que se sentem originários do velho continente.

O nosso país nasceu, em boa parte, como zona tampão, de luta dos cristãos contra o árabe, beneficiando do movimento geral das cruzadas do Oriente. Daí que, como reino periférico, se tenha sempre ressentido de um certo isolamento. O feudalismo pleno que encontramos no centro da Europa no auge da Idade Média, nunca existiu entre nós com as mesmas características e implicações profundas (embora haja inegáveis semelhanças e traço idênticos aos dos outros países, surgidos no espaço do antigo império romano). O rei de Portugal conseguiu pairar sempre acima de todas as imunidades e privilégios dos senhores, nobres ou cléricos. Até aos inícios do século XV foram a conquista e a afirmação da independência, a organização do território e a estabilização social que mobilizaram o essencial do esforço da grei. Mas, a partir de então, os portugueses voltaram-se, em definitivo, para os mares e para o que está além deles. A conquista da praça de Ceuta, no Norte da África, em 1415, não foi senão um 1. passo e um símbolo. Daí em diante o melhor do nosso engenho, das nossas empresas militares, artísticas, literárias e culturais estará visceralmente ligado ao Além Mar. Cronistas, poetas, homens de ciências, missionários, colonizadores comerciantes, militares, funcionários, reflectirão essa espécie de vocação nacional assumida. Isso, porém, foi-nos afastando, em alguns aspectos, dos rumos de evolução do pensamento e da sensibilidade europeia. Assim se explica que o nosso renascimento seja algo tardio e, sobretudo, muito diverso daquele que foi apanágio do eixo continental. O que desde o início nos mobilizou, como povo, não foi o estudo dos clássicos, nem uma exegese profunda da Bíblia, embora os nossos bolseiros enviados aos maiores centros europeus dessem aí provas de grande inteligência e vivacidade. Está hoje suficiente e cabalmente demonstrado que o nosso contributo para a promoção e afirmação da Europa, ao longo da Época Moderna, constitui um facto do maior alcance. Com efeito, os nossos navegadores de Quatrocentos e Quinhentos desenvolveram um humanismo próprio, de que deram abundantes provas e construíram uma ciência náutica que se tornou patrimônio de todos. Foi com o melhor da ciência ocidental e sujeitando-nos aos ditames da arbitragem da Santa Sé que descobrimos e colonizamos as ilhas dos arquipélagos atlânticos, que, Vasco da Gama rasgou para o mundo os segredos do caminho marítimo para a Índia, que Pedro Álvares Cabral e os seus homens comunicaram a descoberta do Brasil. Era em nome da superioridade dos ideais europeus de vida que difundíamos nos nossos territórios um tipo de sociedade, uma religião com seus dogmas, práticas e implicações, uma estética, uma mundividência, em suma, uma cultura, que se pautavam pelos valores do velho continente. Se fosse aconselhável aduzir provas do que acabamos de afirmar, permitir-nos-íamos destacar uma: a famosa carta de

Pero Vaz de Caminha, redigida nesse longínquo Abril de 1500, ao aportar à terra brasileira, como membro da esquadra de Cabral. Aí ele se revela formado nos mais autênticos valores humanistas: observador, tolerante, compreensivo, inimigo da violência, nesse tempo tão frequente. Procura ser um observador imparcial, descrevendo só e apenas o que vê, o que ouve, o que presume, a partir de qualquer indício que aponta, a fim de que o rei tenha exacta noção de um território novo que entra na sua esfera de influência. Mas vai mais longe. Imbuído, profunda e sinceramente, dos princípios cristãos, conta as primeiras cerimônias realizadas na nova terra, onde ficou, daí em diante, implantada a cruz de Cristo. Como cristão militante que é europeu, convencido da veracidade da sua religião e da superioridade da organização social do homem branco, ele não pode, em consciência, calar o profundo desejo de atrair os habitantes da nova terra às suas convicções mais autênticas. Ouçamo-lo:

"Quando saímos do batel, disse o Capitão que seria bom irmos direitos à cruz, que estava encostada a uma árvore, junto com o rio, para se erguer amanhã, que é sexta-feira, e que nos puséssemos todos em joelhos e a beijássemos para eles verem o acatamento que lhe tínhamos. E assim fizemos. A esses dez ou doze que aí estavam acenaram-lhe que fizessem assim, e foram logo todos beijá-la.

Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece não têm, nem entendem em nenhuma crença.

E portanto, se os degredados, que aqui hão-de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão-de fazer cristãos e crer em nossa Santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quiseram dar. E pois Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa.

Portanto Vossa Alteza, que tanto deseja acrescentar à santa fé católica, deve cuidar da sua salvação. E prazera a Deus que com pouco trabalho seja assim. (...)

E hoje, que é sexta-feira, primeiro dia de Maio, pela manhã, saímos em terra, com nossa bandeira; e fomos desembarcar acima do rio contra o sul, onde nos apareceu que seria melhor cantar a Cruz, para melhor ser vista. Ali assinalou o Capitão o lugar, onde fizessem a cova para a

chantar.

Enquanto a ficaram fazendo, ele com todos nós outros fomos pela Cruz abaixo do rio, onde ela estava. Dali a trouxemos com esses religiosos e sacerdotes diante contando, em maneira de procissão

Eram já aí alguns deles, obra de setenta ou oitenta; e, quando nos viram assim vir, alguns se foram meter debaixo dela, para nos ajudar. Passamos o rio, ao longo da praia e fomo-la, pôr onde havia de ficar, que será do rio obra de dois tiros de besta, Andando-se ali nisto, vieram bem cento e cinquenta ou mais.

Chantada a Cruz, com as armas e a divisa de Vossa Alteza, que primeiramente lhe pregaram, armaram altar ao pé dela. Ali disse missas o Padre Frei Henrique, a qual foi contada e oficiada por esses já ditos. Ali estiveram conosco a ela obra de cinquenta ou sessenta deles, assentados todos de joelhos, assim como nós.

E quando veio ao Evangelho, que nos erquemos todos em pé, com as mãos levantadas, eles se levantaram conosco e alçaram aos mãos, ficando assim, até ser acabado; e então tornaram-se a assentar como nós. E quando levantaram a Deus, que nos pusemos de joelhos, eles se puseram assim todos, como nós estávamos com as mãos levantadas, e em tal maneira sossegados, que, certifico a Vossa Alteza, nos fez muita devoção (...)

E, segundo que a mim e a todos pareceu, esta gente não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, senão entender-nos, porque assim tomavam aquilo que nos viam fazer, como nós mesmos, por onde nos pareceu a todos que nenhuma idolatria, nem adoração têm. E bem creio que, se Vossa Alteza aqui mandar quem entre eles mais devagar ande, que todos serão torrados ao desejo de Vossa Alteza. E por isso, se alguém vier, não deixe logo de vir clérigo para os baptizar, porque já então terão mais conhecimento de nossa fé, pelos dois degredados, que aqui entre eles ficam, os quais hoje também comungaram ambos.

Entre todos estes que hoje vieram, não veio mais que uma mulher moça, a qual esteve sempre à missa e a quem deram um pano com que se cobrisse. Pusseram-lho a redor de si. Porém ao assentar, não fazia grade memória de o estender bem, para se cobrir. Assim, Senhor, a inocência desta gente é tal, que a de Adão não seria maior, quanto a vergonha...

Pero Vaz de Caminha"

O cristianismo dos eurpeus desta época era - não o será ainda? - marcado pelo totalitarismo, no sentido em que o seu objectivo fundamental

e último era a conversão rápida de toda a humanidade. Daí esta linguagem expressiva. Mas não estará aqui também enunciada uma clara antecipação do mito do bom selvagem? Será desejável e necessário acrescentar algo mais a este fantástico depoimento? Cremos bem que não. As sistemáticas viagens ao longo das ilhas atlânticas, das costas africanas, da Índias, do extremo oriente, incluindo Macau, a China e o Japão, permitiram aos nossos antepassados revelarem aos seus contemporâneos a forma exacta dos continentes, a qualidade, a profundidade, a riqueza e variedade das águas, dos peixes, dos minerais, dos vegetais, dos animais exóticos e, sobretudo, das gentes com seus aspectos, hábitos, práticas, organização... Desde a Idade Média os europeus manifestaram, aliás, uma grande curiosidade e interesse pelas outras culturas, quer fosse para descrever mundos exóticos, quer fosse para combater inimigos, quer para despertar curiosidade ou fascínio. Hoje estuda-se e valoriza-se a herança portuguesa e europeia na Índia, em Malaca, no Japão, na China, sem falar sequer nos países de língua oficial portuguesa dentre os quais se agiganta o Brasil, naturalmente. Quem percorre este último e o conhece não pode deixar de constatar a sua visceral ligação à Europa no período de formação, sob a influência da mediação portuguesa, como, aliás salientam todos os investigadores sérios. O seu riquíssimo património cultural e artístico é bem de inspiração europeia e foi filtrado pelos valores-base cristãos dos portugueses, naturalmente adaptados ao tempo e aos lugares. As igrejas de Ouro Preto, Mariana, Congonhas do Campo, Sabará ou de Salvador da Baía são um flagrante e riquíssimo reflexo do barroco europeu da Época Moderna.

Mas dessa época ao cristianismo, da sua prática unânime e alargada a todos os quadrantes nos ficaram outras marcas, que são outros tantos referenciais da nossa cultura multiseular. Além de uma música barroca de qualidade que fomos capazes de produzir, de um pensamento científico que procurou sempre acompanhar as linhas de força dos outros povos, de uma literatura, um teatro, uma culinária própria, mais algumas sugestões quereíamos deixar aqui, como temática de estudo e reflexão.

Uma das facetas, sem dúvida, mais originais da adesão à Fé Católica e de testemunho dos seus princípios fundamentais, irá aparecer na forma como os portugueses entenderam e interpretaram a arte barroca sacra, não só no continente europeu, mas também em todas as terras a que a diáspora os levou, designadamente ao Brasil e à Índia.

Utilizando a arte como meio de propaganda, o Catolicismo encontrou na talha uma forma magnífica de exprimir artisticamente o sentimento religioso e que, por outro lado, exerceu um impacto notável junto dos fiéis.

A arte da talha sofreu em Portugal um grande incremento ao longo

dos séculos XVII e XVIII. Observámos uma encomenda maciça de retábulos e outras peças em talha revestida a folha de ouro, reflectindo uma prosperidade (ligada à afluência do metal precioso do Brasil) e uma obediência aos critérios estéticos da época, mas sempre, e cumpre-nos aqui realçar este pormenor, com um objectivo preciso: a glorificação de Deus.

Assim, talha e Igreja aparecem-nos intimamente associadas, surgindo-nos esta última como um dos clientes de arte da maior importância, contribuindo de forma decisiva para a criação estética, mas controlando essa mesma criação através de normas rigorosas determinadas pelo Concílio de Trento.

Com efeito, independentemente da sua estrutura arquitectónica seguir ou não as novas condicionantes artísticas, as igrejas portuguesas assistem, a partir da segunda metade de seiscentos, a uma proliferação de retábulos de talha dourada. À medida que vamos avançando no século XVII, verifica-se um abandono gradual desses esquemas retablisticos que funcionam unicamente como enquadramento de pinturas, surgindo outros, em que a talha e uma imaginária diversificação assumem um papel cada vez mais importante.

O enriquecimento do interior das igrejas faz parte de uma programação única - o espaço barroco sacro - em que o dourado é realçado por uma policromia, também patente nos diversos elementos do retábulo, e pela profusão das imagens que reforçam a mensagem iconográfica. O gosto pelas igrejas forradas a ouro propaga-se rapidamente, permanecendo inalterável até finais do século XVIII, sendo exemplos paradigmáticos desse esplendor as igrejas de Santa Clara e de S. Francisco, no Porto.

A arte barroca encontra, assim, no esquema das igrejas revestidas a ouro, uma das suas expressões mais fascinantes e que ganhou raízes profundas além-mar, particularmente no Brasil e na Índia.

Os modelos levados pelos portugueses para terras brasileiras, encontram um campo fértil para um rápido desenvolvimento, dando origem a réplicas, mais ou menos fiéis, dos esquemas da metrópole, embora sofrendo uma interpretação mais exuberante. Na Índia, pelo contrário, onde existia uma vigorosa arte autóctone de grandes tradições, observamos uma interessante aculturação de elementos hindús, com os elementos barrocos portugueses.

Portugal, se por um lado, entendeu o Barroco de maneira muito peculiar, conferindo-lhe um cariz *sui-generis*, serviu também de ponte entre a Europa Barroca a que pertence, e os novos mundos que descobriu e onde o Barroco se implantou profundamente. O Brasil documenta magnificamente este aspecto. A sua pujante e inigualável arte barroca sacra fizeram deste país um dos maiores repositórios mundiais dos valores estéticos do século

XVIII. Com efeito, sem conhecer e ter em conta os mecanismos de criação, manutenção e conservação da sociedade brasileira de Setecentos, os europeus não poderão perceber em plenitude esse século, de tantas inovações, contrastes e hesitações... Eis uma razão que impele os investigadores portugueses e europeus a integrarem cada vez mais o espaço brasileiro no âmbito das suas preocupações científicas. A troca de pontos de vista com os seus colegas sul americanos será de capital importância.

* Lição proferida diante de professores de História de 12 países do Conselho da Europa, em 12 de Dezembro de 1988, na sessão anual deste organismo, organizada por Portugal.

** Universidade do Porto – Portugal.